

Custo do dinheiro ainda preocupa os empresários

CORREIO BRAZILIENSE

Economia Brasil

O custo do dinheiro para as empresas brasileiras continuará sendo o principal problema para que possam ser reativados os setores de comércio e indústria em 1982, embora o orçamento monetário aprovado esta semana conte com a necessidade de queda nas taxas domésticas de juros, com inflação descendo para algo em torno de 75% e com a eliminação de boa parte da pressão governamental sobre as taxas bancárias, através da colocação de títulos para custear o déficit público.

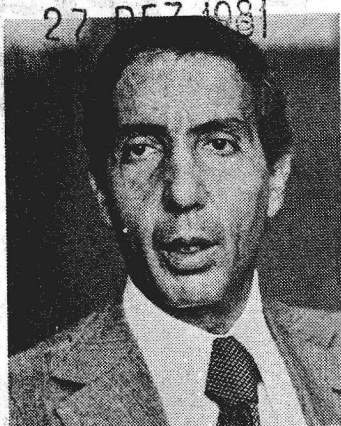
Esta crítica, feita pelo representante do setor privado no Conselho Monetário Nacional, Abílio Diniz, continua válida mesmo após o presidente do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni, ter assegurado que o Governo está esperando "comportamentos mais favoráveis para as taxas domésticas de juros", independente dos níveis em que ficarão a **prime rate** (taxa intercambial nos Estados Unidos) e a **Libor** (taxa bancária praticada no mercado de Londres).

JUROS

Dependente de um complexo de fatores — alguns dos quais fogem do controle do Governo exatamente porque foi deixado de lado há um ano o tabelamento artificial dos juros bancários —, o custo do dinheiro para as empresas do comércio, por exemplo, continuará refletindo sobre o nível das vendas e sobre o preço final ao consumidor, de maneira a se manter a pressão inflacionária.

"Poderia ter sido feito algo mais para reduzir o custo do dinheiro, sem deixar de lado as metas e os aperfeiçoamentos do orçamento aprovado pelo Conselho Monetário Nacional para 1982" — afirma Abílio Diniz, que também é diretor-superintendente do Grupo Pão de Açúcar (supermercado etc). Para o Governo, entretanto, este "algo mais" poderia criar problemas e comprometer a estratégia "gradualista" que vem sendo impressa à política monetária de combate à inflação e redução dos desequilíbrios nas contas externas do País.

Para o setor comércio e economia nacional, continua em 1982 uma boa parte da responsabilidade que o Governo teve até agora no sentido de manter elevado o custo interno do dinheiro — através, principalmente, da vinculação das taxas internas e externas, uma questão técnica da política econômica que os membros do Conselho Monetá-



Abílio Diniz

rio Nacional reconhecem como de difícil solução, na medida em que o país precisa da captação externa de recursos para seu balanço de pagamentos e, portanto, é do interesse das autoridades manter sempre algum diferencial entre o custo dos empréstimos em dólar e o custo final para as empresas tomadoras no mercado interno.

"O orçamento monetário poderia ter ido mais além, sem nenhum problema, bastando eliminar a vinculação das taxas externas e internas" — afirma o empresário Abílio Diniz, lembrando que esta diferença entre empréstimo em dólar e em cruzeiro tem sido mantida basicamente pelas altas alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), por sinal um instrumento considerado sempre como "passageiro" pelo Governo mas que, como uma medida que "deu certo" em termos de elevar a arrecadação fiscal, continua em 1982.

O empresariado reconhece também que o IOF tem dado uma contribuição importante para a viabilização da política econômica do Governo, na medida em que se tornou a terceira fonte de arrecadação federal, junto com o Imposto de Renda e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Acontece que esta arrecadação proporcionada pelo IOF poderia não ser tão necessária — pelo menos nos níveis previstos — se o dispêndio do Tesouro Nacional não fosse tão grande, para financiar subsídios governamentais e os gastos públicos em geral.

"Se adotada, a isenção do IOF nas operações de crédito teria como consequência uma redução imediata de vários pontos percentuais sobre o custo final do dinheiro para as empresas nacionais" — garante Abílio Diniz, refletindo a opinião do setor de forma geral.

MAIS CRÉDITO

A parte este imposto, as outras razões apontadas pelo Banco Central para assegurar uma certa queda nas taxas internas também são aceitas pelo representante do setor privado no Conselho Monetário Nacional: haverá realmente um pouco mais de crédito à disposição do segmento urbano da economia, inclusive as financeiras poderão aumentar suas aplicações em 80% e os prazos dos financiamentos ao consumidor estão agora unificados em 24 meses para a maioria dos bens de consumo como eletrodomésticos etc, e 36 para carros a álcool, aviões nacionais etc.

"Esta ampliação dos prazos de financiamento dará como resultado um certo reaquecimento das vendas do varejo" — prevê Abílio Diniz, mesmo reconhecendo que o aumento nas vendas do comércio não será muito expressivo se não houver uma queda no custo do dinheiro para o tomador, já que, se conceder prazos muito longos no crédito ao consumidor, a loja terá inevitavelmente que arcar com juros elevadíssimos a serem incorporados ao custo operacional das empresas, com reflexo sobre o custo de vida na medida em que influi no preço ao consumidor.

A outra razão do Governo para esperar que os bancos reduzam suas taxas de aplicação seria a decisão de não fazer nenhuma colocação líquida adicional de títulos da dívida pública no mercado, ao contrário de 1981, e assim eliminar um foco de pressão sobre as taxas de juros. Para o empresário Abílio Diniz, neste caso, não há dúvida de que a decisão do Conselho Monetário Nacional foi acertada, pois reflete exatamente o aperfeiçoamento das políticas fiscal e monetária e se enquadra na estratégia de redução dos gastos do Tesouro.

"Mas o principal responsável pela inflação brasileira de forma geral ainda continua sendo o déficit público real, representado pelo déficit do Tesouro acrescido às despesas das empresas estatais" — sentencia o empresário, lembrando que não há outra alternativa senão continuar buscando a redução dos subsídios e dos gastos públicos de forma geral, se é que a economia brasileira deva ser reativada ao longo do ano de 1982, pois esta perspectiva sempre dependerá de custos financeiros mais baixos e acompanhando a tendência declinante da inflação.